

## A cidade vivida e corporificada: uma breve reflexão sobre a pessoa cega na cidade

Giordana Chaves Calado Timeni  
Contato: giordanacalado@hotmail.com

Linha de pesquisa: Morfologia, usos e percepção do ambiente

### INTRODUÇÃO

Reagindo à hegemonia do capital financeiro, teóricos de vários campos do conhecimento tem se voltado para a questão do corpo no espaço, com especial atenção à crise do sujeito corporificado. Segundo Ribeiro (2012), esta tendência substitui as representações programadas da experiência urbana anteriormente vigentes, pela valorização da co-presença e das experiências individuais.

Com base nesse novo modo de encarar o espaço urbano, a dinâmica interativa entre corpo e cidade passa a ser adotada como parâmetro para o planejamento espacial, prevalecendo a valorização do sujeito corporificado. Ou seja, não se trata apenas da simples representação física de lugares mas, como afirmam Hissa e Nogueira:

É a *cidade-corpo*, *cidade-terreno*, que diz o significado dos territórios da vida. Na *cidade-corpo*, território de existência, lugar da construção de subjetividades, a mobilidade veloz é, contraditoriamente, na modernidade, produtora de imobilismos. É a velocidade que, ao desequilibrar, no terreno próprio da cidade, obstrui o corpo em sua condição de ser e em sua capacidade de experimentar. O caminhar pela rua – que faz com que o corpo do sujeito se deixe atravessar pelo corpo da cidade; e se transforme nela. (2013, p.55).

Com base nesta ideia geral, está sendo desenvolvida uma tese de doutorado voltada para a compreensão das necessidades do corpo cego em ambiente urbano, para a qual consideramos fundamental aprofundar a pesquisa bibliográfica sobre a cidade vivida e corporificada cujo título provisório é: O ESPAÇO NO ESCURO: um estudo sobre a vivência de cegos em área urbana.

Este artigo corresponde a um recorte na base conceitual da tese, representado pela compreensão do

conceito da cidade vivida e corporificada na tentativa de iniciar uma reflexão sobre como o corpo cego se relaciona com o ambiente à sua volta, de modo a permitir esse indivíduo a compreender o espaço urbano.

### OBJETIVO

Apresentar a ideia de corpo cidade, e refletir sobre o indivíduo cego nesse contexto.

### MÉTODO

O estudo foi realizado com base na revisão bibliográfica, com foco na exploração das relações entre corpo e cidade em sua construção mútua.

### A CIDADE-CORPO

A cidade marca a sua existência por meio do corpo dos sujeitos que a experimentam. Para Hissa e Nogueira (2011), o corpo é o lugar a partir de onde vemos o mundo, que olha, sente, pensa e transforma-se na cidade. A partir da experiência sensorial, nosso corpo passa a construir, ao longo de nossa existência, as noções da espacialidade que usamos a todo instante no processo de cognição dos lugares.

Os corpos são vários. Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. (2013, p.58).

Neste sentido, Pallasmaa (2013) afirma que os espaços tocam, abraçam e abrigam o corpo, fornecendo às pessoas noções de equilíbrio, movimento, tensão e propriocepção (auto compreensão corporal). “Fundamentados na corporificação pensamos e nos



### Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

comunicamos por meio de imagens e modelos mentais, que surgem de nosso corpo e de nossa existência (2013, p. 42)”. A mobilidade de um corpo reflete sobre a ocupação dos espaços que se consolida pela manutenção de sua condição de mobilidade (parado ou em movimento, qualquer que seja o ritmo).

Na opinião de Santos (s/p), a construção espacial é simbólica, e é no corpo que sua noção é registrada, o que o torna o espaço fundador, principal referência ao se tratar de dicotomias como dentro/fora, sair/entrar, engolir/expelir, projetar/incorporar. Com isso, podemos pensar o corpo como espaço praticado, ou seja, ao entrar em um espaço, por exemplo, ocorre uma troca inconsciente, instantânea: entro e ocupo o espaço, enquanto o espaço entra e me ocupa.

Merleau-Ponty (1994, p. 328), afirma que “o espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível”, e como isso é apreendido pelo corpo.

Existe uma correspondência inconsciente entre o espaço a e nosso corpo, com seus órgãos sensoriais e suas funções metabólicas. Para tanto um lugar humanista incorpora a escala, os padrões de movimento e ressoa com sua presença e seus atos.

Conforme Britto e Jackes (2012), embora os urbanistas indiquem possíveis usos para o espaço projetado, são aqueles que o experimentam no cotidiano, os responsáveis pelo uso e atualização deste espaço, os quais, por meio de apropriações e improvisações, instauram dinâmicas capazes de legitimar (ou não) o projeto. Ou seja, são as experiências humanas no espaço que o reinventam. Os autores ressaltam que os projetos urbanos hegemônicos buscam transformar espaços públicos em cenários desencarnados, em fachadas sem corpo, causando empobrecimento, diminuição e domesticação da experiência corporal sensível das cidades, e provocando dissonâncias entre o corpo e a cidade, as quais desequilibram a captação da informação do espaço e provocam desorientação.

Pallasmaa (2013) afirma ainda que, fundamentados na corporificação pensamos e nos comunicamos por meio de imagens e modelos mentais, que surgem de nosso corpo e de nossa existência. A ocupação dos espaços dá-se através da mobilidade de

um corpo e se consolida pela manutenção dessa mobilidade ou desse estado.

O acolhimento do corpo pelas cidades passa pelo envolvimento sensorial e cinestésico, reforçando a sensação de pertencimento do mundo. O autor explicita duas visões da cidade: a cidade da participação (que possui envolvimento sensorial) e a cidade da alienação (na qual acontece a privação sensorial).

Figura 1: A cidade do envolvimento sensorial.  
Peter Bruegel, o velho, o jogo de crianças, 1560, Pormenor



Fonte: Pallasmaa, 2011

Figura 2: A cidade moderna, da privação sensorial.  
A área comercial de Brasília, 1968



Fonte: Pallasmaa, 2011



#### 4º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

É preciso enfatizar que a cidade corporificada significa uma experiência vivida, materializada e multissensorial. Neste processo usamos a memória corporal para nos imaginarmos no espaço: ao olharmos para o alto de uma escadaria, antecipamos o cansaço que será sentido ao chegar ao topo. “Isso mostra que a nossa experiência espacial nos tornou aptos a compreender as distâncias, o esforço e o ritmo que faremos ao nos deslocar e, conseqüentemente, o tempo que levaremos para chegar lá.” A experiência do corpo é sempre uma experiência no espaço e no tempo” (COHEN, DUARTE, 2013, s/p).

Assim, o ambiente urbano não é meramente um espaço físico disponível para ser ocupado, mas um campo de processos que, instaurado pela própria ação dos seus integrantes, produz configurações de corporalidades e qualificações de ambiente, chamadas ambiências.

##### *O conceito de ambiência*

Embora a ambiência seja fácil de sentir, trata-se de um conceito difícil de explicar, uma vez que, por “possuir um fundo sensível, sua explicação perde um pouco da objetividade tão necessária ao rigor científico” Jean-François Augoyard (2004, *apud* COHEN, DUARTE, 2009, s.p.). Portanto, a ambiência possibilita a passagem da dimensão sensível para a dimensão cognitiva, o que possibilita que se torne agradável em função de sua capacidade de ser reconhecida (AMPHOUX, 2004, *apud* COHEN, DUARTE, 2009, s.p.)

De fato, o ambiente onde estamos inseridos, seja ele construído ou não, emite estímulos que podem nos agradar ou desagradar, gerando sensação de desconforto, se houver disparidade com os limites do nosso corpo. Para Paula (2008) a ambiência estabelece os termos da percepção, afetando todos os tipos de ação, gerando tensão no corpo e com isso dita o ritmo do movimento modulando o nosso deslocamento.

Elali (2002), vai mais além, indicando que cada local possui uma ambiência própria que o caracteriza, cuja construção é cotidiana, tendo como base a articulação entre muitos fatores visíveis e invisíveis que impregnam aquele lugar e definem sua identidade.

Por fim, Augoyard (2004, p. 25 *apud* COHEN, DUARTE, 2009, s.p.) enumera uma série de condições para que um fenômeno seja classificado como ambiência, dentre estes, a possibilidade de interação entre a percepção, as emoções, a ação dos usuários e as representações sociais e culturais. Portanto, a ambiência resulta numa percepção a partir da relação estabelecida pelo homem no ambiente; nesse sentido, ela possui caráter multissensorial, capaz de fazer emergir sentimentos armazenados na memória das pessoas. Para essa população, a ambiência possui caráter multissensorial, capaz de fazer emergir sentimentos armazenados em algum lugar da memória. Se, o espaço urbano não apresenta atributos que despertem o envolvimento do usuário, não se caracteriza uma ambiência. Pois, conforme Duarte (2013), ambiência seria o lugar urbano somado de tudo que envolve: os sons, os cheiros, a temperatura, a luz e o movimento das pessoas.

É preciso notar, portanto, que a cidade corporificada significa uma experiência vivida, materializada e multissensorial. Neste processo usamos a memória corporal para nos imaginarmos no espaço: ao olharmos para o alto de uma escadaria, antecipamos o cansaço que será sentido ao chegar ao topo.

A experiência do corpo é sempre uma experiência no espaço e no tempo. (...) Isso mostra que a nossa experiência espacial nos tornou aptos a compreender as distâncias, o esforço e o ritmo que faremos ao nos deslocar e, conseqüentemente, o tempo que levaremos para chegar lá (DUARTE, 2015, s/p).

Nesse contexto, a produção da arquitetura e do urbanismo exige que o estudo atento dos aspectos extrínsecos ao ser humano e como eles influenciam para que as melhores condições de espaço gerem mais qualidade no encontro entre as pessoas. Assim, como a dimensão sensível é inerente à ambiência, torna-se impossível estudá-la sem considerar a presença do corpo. É o corpo que sente; sem ele não há percepção nem tampouco movimento a considerar. A partir desse processos de apropriação do local urbano passam pelo reconhecimento da realidade sensorial das ambiências da cidade.

O que se pode falar sobre esse tipo de assunto no caso das pessoas privadas de algum sentido e, neste texto, especificamente, dos cegos?



## AS PESSOAS CEGAS NA CIDADE CORPORIFICADA

No caso específico das pessoas cegas, a falta de humanismo das cidades contemporâneas é realçada por soluções urbanas que se voltam para o predomínio da visão e pela supressão dos outros sentidos, aumentando a alienação que deixa o corpo, a memória, imaginação e sonhos para outro plano. O movimento, além de abranger atos motores, atinge também a dimensão social, como o direito de ir e vir.

Por outro lado, o deslocamento nos diferentes espaços proporciona ao indivíduo cego, estímulos da memória e da organização espaço-temporal, propiciando sua interação com a sociedade no sentido de evitar o seu isolamento. A racionalização do movimento corporal na pessoa cega é mais prejudicial porque dificulta o conhecimento da distância em relação a objetos ou ao tamanho do espaço.

A característica específica da cegueira, conforme, Amiralian (1997) é a qualidade de apreensão do mundo externo. E esta condição imposta pela ausência da visão se transforma em um processo perceptivo, que se reflete nas estruturas cognitivas e na organização e constituição do sujeito psicológico. A compreensão da pessoa cega deve se iniciar pelo entendimento de sua deficiência básica: uma limitação perceptiva.

As pessoas cegas são portadoras de uma deficiência sensorial -a ausência de visão, que as limita em suas possibilidades de apreensão do mundo externo, interferindo em seu desenvolvimento o ajustamento às situações comuns da vida (AMIRALIAN, 1997, p. 21).

Por conseguinte, segundo o autor, os cegos tendem a recorrer a meios não usuais a fim de estabelecer relações com o mundo dos objetos, pessoas e coisas que as cerca. A ausência da visão se traduz em um peculiar processo perceptivo que se reflete na estruturação cognitiva e a organização e constituição do sujeito psicológico.

Diante dessa dificuldade de perceber seu próprio corpo e as consequências do seu deslocamento no ambiente, os cegos utilizam as informações proprioceptivas para assegurar seu equilíbrio, as quais, no entanto, aparentam ser menos precisas do que as

fornecidas pela visão. Assim, mesmo parado o cego pode apresentar maior risco de desequilíbrio e queda do que o vidente. “Essa instabilidade tende a se agravar durante o deslocamento, sobretudo nos espaços urbanos, em função do modo como estes estão estruturados”. (SACKS, 1997 *apud* DAVID *et al*, 2010, p. 264).

No entanto, a utilização de outras habilidades torna os cegos capazes de reconhecer elementos do ambiente urbano e mesmo compreender claramente expressões menos objetivas e de origem espacial como o significado um horizonte distante. “Eles podem extrapolar sua experiência de espaço auditivo e de liberdade de movimento para contemplar com os olhos da mente vistas panorâmicas e o espaço infinito” (TUAN, 2013, p.27). De fato, sua grande sensibilidade aos sons, os torna capazes de usá-los e a suas ressonâncias no sentido de avaliar o caráter espacial do meio ambiente.

Com relação ao cego, o deslocamento nos diferentes espaços proporcionará estímulos visuais da memória e da organização espaço-temporal que propiciam uma maior interação com a sociedade permitindo movimentos do corpo, evitando o seu isolamento, promovendo uma representação mental ou a soma de sensações, percepções, imagens e avaliações que são fornecidas pelos ambientes da cidade nos quais esses usuários atuam e se locomovem. (BORDIEUX, 1990 *apud* BERG *et al*, 2015).

Devido a sua espontaneidade de interiorização a pessoa cega pode lançar mão de meios avançados no processo de desenvolvimento mental, tais como a intuição, a empatia e a introvisão psíquica” (TRINCA, 1997, p.11)

Neste sentido, Telford e Sawrey (1988 *apud* SANTOS, s/d) apontam algumas dificuldades, que, além de privarem os cegos de importantes pistas sociais, provocam racionalizações dos movimentos para a sua adaptação: impedimento direto à palavra impressa (exemplo, na identificação de ruas da cidade); restrição da mobilidade independente em ambientes não familiares; limitação de percepção de objetos grandes demais para serem apreendidos pelo tato.

No caso da pessoa cega, para que ela compreenda e desenvolva a percepção e exploração espacial torna-se necessário o desenvolvimento de referências espaciais específicas, sendo necessário que



#### 4º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

os projetistas conheçam melhor as atividades que as envolvem.

**locomotoão.** In: Anais Seminário Acessibilidade no Cotidiano, Rio de Janeiro, 2004.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que ficou compreendido durante esta fase da pesquisa, a projeção de espaços que proporcionem uma melhor relação do corpo com o espaço nas cidades depende da valorização de uma cidade humanizada, que considere os aspectos multissensoriais de uso e orientação espacial no sentido de facilitar não somente a apreensão dos fatores sensíveis do lugar (seus sons, cheiros, luzes e cores, o movimento do ar e das pessoas) ou as sensações de equilíbrio, de amplidão ou confinamento mas, também, sua capacidade de evocar memórias e estabelecer afetos.

Tais entendimentos representam um facilitador a ser utilizado no decorrer das experiências programadas para embasar a nossa tese, que tem como foco traçar diretrizes que concorram para a concepção de ambientes acessíveis as pessoas cegas, a exemplo de: (i) percorrer alguns cursos especializados neste país para investigar as informações transmitidas ao cego durante os treinamentos de mobilidade; (ii) construir mapas sensoriais de uma determinada área urbana com base nas informações das pessoas cegas, participantes da pesquisa, envolvendo técnicas do passeio comentado, entrevistas e desenho estória com o intuito de fomentar a discussão em torno da oferta de elementos multissensoriais do espaço usados para melhor orientação e entendimento da cidade.

\_\_\_\_\_. **Subsídios metodológicos na construção de uma “acessibilidade plena”: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência.** [www.ibc.gov.br/.../Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevEE3Out2013\\_Texto\\_7.docx](http://www.ibc.gov.br/.../Nossos_Meios_RBC_RevEE3Out2013_Texto_7.docx). Acesso em 08/11/201.

DAVID, J.; ANTUNES, X. M.; GURGEL, V. T.; Cidade Acessível: igualdade de direitos e particularidades da pessoa com deficiência visual. In KASTRUP, V.; MORAES, M. (Orgs.) **Exercícios de Ver e Não Ver**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

ELALI, G. A. Reflexões entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL AMBIÊNCIAS COMPARTILHADAS. **Anais do .....** Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2002, s/p. Disponível em: <http://0602.nccdn.net/000/000/04e/cb0/Artigo-GLEICE-ELALI-FULL.pdf>. Acesso em 29/11/2015.

MERLEAU PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2011.

PALLASMA, J. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

\_\_\_\_\_. **A imagem corporificada: imaginação e imaginário na arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAULA, K. C. L. **Pela Câmara: delineamento metodológico de uma etnotopografia dinâmica**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Rio de Janeiro: 2008.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, M. L, T. M. **Compreendendo o cego: Uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. **Corpo e Cidade** Complicações em processo. Disponível em: [https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA\\_19\\_web\\_142-155.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA_19_web_142-155.pdf). Acesso em: 03/11/2015

COHEN, R.; DUARTE, C. R. **Afeto e Lugar: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldades de**